

Os RPPS poderão utilizar as informações prestadas pelas administradoras e gestoras dos fundos de investimentos e demais informações disponíveis na internet de conhecimento público ou outros meios disponíveis no mercado acessíveis pelos RPPS (jornais, revistas, órgãos de regulação e controle, agências de rating, associação de entidades do mercado financeiro e de capitais, softwares, dentre outros).

4. CENÁRIOS

1. Resumo de Mercado

O mês de novembro de 2025 foi marcado por um ambiente de curto prazo mais construtivo para os mercados financeiros, especialmente para economias emergentes como o Brasil. No cenário internacional, a desaceleração do crescimento global ocorreu de forma ordenada, sem sinais claros de recessão, abrindo espaço para uma política monetária mais acomodatória nas principais economias. As negociações comerciais entre grandes potências contribuíram para reduzir a aversão ao risco, enquanto os investimentos em inteligência artificial continuaram sustentando a atividade global.

No Brasil, os ativos foram beneficiados pela combinação de inflação em trajetória de queda, expectativas inflacionárias mais bem comportadas e sinais de persistência do Banco Central na condução da política monetária. Por outro lado, o horizonte de médio prazo segue desafiador, com preocupações fiscais relevantes, expansão de medidas de estímulo e perspectiva de aumento da dívida pública, o que exige cautela na alocação de recursos.

2. Panorama Brasil

A economia brasileira apresentou perda de fôlego no segundo semestre de 2025, refletindo os efeitos defasados da política monetária restritiva. O consumo de bens duráveis e o investimento privado foram impactados pelo maior custo do crédito e pelo aumento da inadimplência. Ainda assim, o mercado de trabalho permanece aquecido, com taxa de desemprego próxima das mínimas históricas e crescimento expressivo da massa de renda real, sustentando o setor de serviços.

Para 2025, a projeção de crescimento do PIB foi mantida em 2,1%, enquanto para 2026 a estimativa é de 1,7%, com viés de alta, diante da expectativa de estímulos adicionais via políticas de renda, crédito e investimentos públicos. No campo fiscal, o governo deve cumprir a meta de resultado primário em 2025, mas a dinâmica da dívida segue deteriorando, com a Dívida Bruta do Governo Geral projetada em 83,6% do PIB em 2026.

A inflação surpreendeu positivamente ao longo do ano, beneficiada pela valorização cambial, queda nos preços de bens industrializados e alimentos, além de condições climáticas favoráveis. Com isso, a projeção de IPCA foi revisada para 4,5% em 2025 e 4,2% em 2026, ainda acima da meta. A taxa Selic deve encerrar o ciclo de cortes em 12,0%, com início da flexibilização apenas em 2026, refletindo o balanço de riscos fiscais.

3. Panorama Internacional

O cenário externo segue relativamente favorável, apesar da perda de dinamismo da atividade global. Nos Estados Unidos, o Federal Reserve já iniciou um ciclo de cortes de juros e o mercado precisa de uma nova redução em dezembro, embora a inflação ainda esteja acima da meta e a incerteza fiscal limite movimentos mais agressivos. Na Europa, a economia demonstra resiliência maior do que o esperado.

As negociações comerciais reduziram o risco de uma escalada tarifária significativa, contribuindo para o bom desempenho dos mercados acionários globais. Entretanto, persistem riscos relevantes, como tensões geopolíticas, fragilidade fiscal em economias desenvolvidas e possível frustração das expectativas de política monetária mais acomodada. No mercado de commodities, os preços permanecem em níveis relativamente elevados, mas o excesso de oferta em alguns segmentos representa risco baixista.

4. Impactos nos Mercados de Renda Fixa

No mercado de renda fixa, o principal destaque foi a melhora das expectativas inflacionárias e a maior clareza quanto ao início do ciclo de flexibilização monetária no Brasil, refletida na queda dos juros futuros. A manutenção da Selic em patamar restritivo reforça a atratividade de ativos pós-fixados no curto prazo, enquanto a perspectiva de cortes graduais abre espaço para estratégias em títulos prefixados e indexados à inflação, especialmente nos vértices intermediários.

Contudo, os riscos fiscais e a trajetória ascendente da dívida pública impõem prêmios de risco mais elevados nos vencimentos longos, exigindo seletividade e gestão ativa da duration. No crédito privado, o cenário demanda cautela, com atenção à qualidade de crédito, diante do aumento da inadimplência e da desaceleração econômica.

5. Impactos nos Mercados de Renda Variável

A renda variável doméstica foi beneficiada pelo ambiente externo mais favorável e pela percepção de controle inflacionário no curto prazo. Setores ligados ao consumo e serviços seguem sustentados pela expansão da renda real, enquanto empresas exportadoras continuam favorecidas pelo bom desempenho das exportações e pelos preços ainda elevados de algumas commodities.

Por outro lado, a perspectiva de estímulos fiscais adicionais e o aumento da incerteza sobre a sustentabilidade das contas públicas limitam uma valorização mais consistente do mercado acionário. O cenário recomenda uma abordagem seletiva, priorizando empresas com fundamentos sólidos, capacidade de repasse de preços e menor sensibilidade ao ciclo doméstico.

6. Impactos nos Mercados de Investimentos no Exterior

Os investimentos no exterior seguem desempenhando papel relevante na diversificação de portfólios. O ambiente global de maior apetite ao risco favoreceu ativos internacionais, especialmente ações, impulsionadas pelo avanço tecnológico e pelos investimentos em inteligência artificial.

Entretanto, a possibilidade de frustração nas expectativas de cortes de juros pelo Fed e a volatilidade cambial exigem cautela. Para o investidor brasileiro, a manutenção da taxa de câmbio projetada em R\$ 5,30 ao final de 2025 e R\$ 5,50 em 2026 reforça a importância da exposição internacional como instrumento de proteção e diversificação, com foco em ativos de maior qualidade e regiões com fundamentos econômicos mais sólidos.

5. ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Ata do Comitê/Conselho Deliberativo

Data:

6. ATA DO CONSELHO FISCAL

Ata do Conselho Fiscal

Data: